

E R R A T A

PÁGINA	LINHA	ONDE ESTÁ	LEIA-SE
02	07	Camara	Câmara
05	05/06	a priori, a posteriori	<u>a priori, a posteriori</u>
07	04	"Problemas de Lingüística Geral".	<u>Problemas de Lingüística Geral</u>
09	02	eu e tu	eu e tu,
13	§3,L.04	forum	<u>forum</u>
	rodapê	Camara	Câmara
14	rodapê, 3	a posteriori	<u>a posteriori</u>
15	§3,L.04	mórfico,	mórfico;
20	última	Gama Kury,	Gama Kury
21	04	verbo	verbo,
23	01	"status"	<u>status</u>
24	§3,L.01	presenta	presente
28	06	imprescindível	imprescindível,
33	06	Mattoso Câmara Jr."	Mattoso Câmara Jr.",
45	05	petrus	Petrus
53	11	defini-las	defini-las
56	06	transitivado	substantivado
60	15	um mês atrás	um mês <u>atrás</u>
63	20	implicita	implícita
64	11	presença	pretensão
65	14	Estrutura	estrutura

DA CATEGORIA GRAMATICAL PESSOA

POR

ANTÔNIO MARTINEZ DE REZENDE

Dissertação apresentada à Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais como parte dos requisitos para obtenção do Grau de Mestre em Língua Portuguesa.

Belo Horizonte

1986

Dissertação apresentada no Curso de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, fazendo parte da banca examinadora os seguintes professores:

Oscarino da Silva Ivo

OSCARINO DA SILVA IVO  
(Professor Orientador)

Clara Pinaldi Shayaw

Norma Lúcia Costa Nunes

Belo Horizonte, 16 de junho de 1986.

DEDICATÓRIA

Dedico o desejo de haver feito bem este trabalho .

A meus pais,  
que me deram a vida como definitiva lição.

À Márcia,  
que tem todos os brilhos de mulher.

Ao professor Oscarino,  
que tem a chave do reino das palavras.

## AGRADECIMENTOS

Sirvo-me também do momento para agradecer àqueles que ajudaram na realização deste trabalho:

os professores, que sabem pertencer a todos o conhecimento adquirido

os colegas de Departamento, que pela eficiente competência sabem dar vida nova a palavras tão antigas

o amigo Wolfgang Gruen, a quem as palavras confessam seus segredos

a Liliana, que traz arte na ponta dos dedos.

R E S U M O

A presente dissertação discute o conceito de *pessoa gramatical*, com base na proposta de que *pessoa* é fenômeno de linguagem, não um fato de língua. Ao considerá-la assim, procura estabelecer suas características e as implicações do seu conceito, através do comentário de termos que as gramáticas tradicionais relacionam à *pessoa gramatical*: *pessoa do verbo*, *impessoalidade* e *sujeito*, por exemplo.

## I N D I C E

Pág.

DEDICATÓRIA .....	i
AGRADECIMENTOS .....	ii
RESUMO .....	iii
INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I - PESSOA GRAMATICAL .....	8
CAPÍTULO II - SUJEITO .....	18
CAPÍTULO III - IMPESSOALIDADE .....	29
CAPÍTULO IV - A NÃO-PESSOA SEM SUJEITO .....	40
1. O Verbo Haver .....	41
2. A Expressão dos Fenômenos Meteoroló- gicos .....	48
CONCLUSÃO .....	63
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA .....	65

## INTRODUÇÃO

### I - Questões Gerais

Pouco se sabe a respeito dos procedimentos que antecederam a elaboração do que chamamos *gramática normativa*. Mas é bastante claro que essa gramática só pode ter sido resultado da descrição de um padrão lingüístico intencionalmente escolhido, ou seja, deve admitir-se que, antes de ter sido *norma*, foi *descrição*. É isso o que facilmente se percebe na gramática grega e na latina, por exemplo. Se elas registram e ensinam a arte de falar e escrever corretamente, com certeza esse conjunto de prescrições é resultado da observação do sistema e dos usos de determinados tipos de língua.

Ainda assim é necessário observar que esses padrões de língua, em que se basearam as normas gramaticais, já deveriam ter sido formas elaboradas, *estilizadas*, de um outro padrão. E a escrita, pela sua própria natureza, poderia, nesse caso, representar, de certa forma, um tipo de estilização da linguagem oral.

A julgar pelos dados de que dispomos, a gramática, enfim *normativa*, era basicamente a gramática da língua escrita, ainda que pese a distinção arte de falar. A impressão final é a de que mesmo essa "arte de falar" preconizava um falar que reproduzisse os modelos da língua escrita, ou que, pelas es

peculiaridades de sua construção, pudesse aproximar-se dela ao máximo. No entanto, essa "arte de falar" se podia justificar em face dos objetivos a que se propunha atingir através da gramática. Formar oradores era tarefa tão importante quanto instrumentalizar o indivíduo para o exercício da linguagem escrita. Mas é preciso entender que esses usos de linguagem - escrita ou oral - se destinavam, utilizando as palavras de CAMARA (1980, p. 16), "às condições 'formais' de intercâmbio linguístico no sentido inglês do adjetivo".

A análise, ainda que superficial, das gramáticas vigentes revela que muito ainda resta das antigas doutrinas. A leitura de algumas chega a dar a impressão de que a língua portuguesa é resultado da evolução do latim erudito, ou o que é ainda pior, de que as estruturas gramaticais contemporâneas devem ser analisadas como se fossem frases do latim erudito.

Entendemos que há nessas posturas teóricas um engano.

Por exemplo, os nossos manuais analisam o termo posposto ao verbo *haver*, na chamada construção impessoal, como objeto direto, e justificam essa análise baseados na regência do latino *habere* - *Petrus habet fundum*. Ora, esse termo não pode ser classificado como objeto apenas porque o ancestral latino de *haver* regia o acusativo.

Mais importante do que isso é confirmar se é possível utilizar para a frase portuguesa o mesmo raciocínio de que o latino se serviu para construir a sua. Em outras palavras, é

preciso ter a certeza de que em ambos os estágios da mesma forma ainda perduram idênticos princípios de organização sintática e semântica entre os termos. E facilmente se constata que o *haver* impessoal não é aquele *habere* latino, que regia acusativo.

Vê-se também que o problema não está em recorrer ao latim para se justificar uma análise, mas na forma inadequada de se utilizar desse recurso. A gramática normativa latina deve ser entendida como gramática da língua latina, e a gramática normativa do português precisa ser gramática normativa da língua portuguesa. Obviamente, se herdamos do latim um modelo de gramática e a própria língua portuguesa, não se pode negar que muito de comum haja entre as duas línguas. Mas, curiosamente, é nos casos de divergência entre ambas que os gramáticos mais procuram esclarecer as dúvidas de uma nas construções da outra.

Dai (im)procedem afirmações como esta:

*"o ensino de latim e o estudo da literatura latina foram talvez os dois aspectos do ensino da linguagem mais diretamente responsáveis pelo desenvolvimento de princípios de análise insatisfatórios nas gramáticas tradicionais"*<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> DUTRA, Rosália. O caráter normativo e o caráter descritivo das gramáticas. Apostila utilizada para a disciplina de graduação Lingüística Geral I, do curso de Letras. FALE/UFGM, 1980.

Ora, o erro não é o ensino de latim ou de qualquer outra matéria, mas o mau ensino, sobretudo se baseado em finalidades a que ele não pode prestar.

É urgente e absolutamente necessária a elaboração de uma gramática padrão do português, especialmente com vistas ao ensino da língua.

Mas tem-se discutido muito acerca da validade do ensino de gramática, e a alegação mais comum é a de que é um ensino ineficaz e, portanto, desnecessário. Acrescente-se a isso um outro problema: em que padrão lingüístico se basearia essa gramática normativa?

Embora não seja finalidade deste trabalho discutir essas questões, faz-se necessário chamar a atenção para alguns pontos. Em primeiro lugar, o ensino de gramática não pode ser visto como instrumental de capacitação para o desempenho de língua. Uma coisa é ter domínio de língua, outra é o seu conhecimento racionalizado. Certamente tal conhecimento pode levar a melhor desempenho lingüístico, mas isso deve ser encarado como consequência, não como finalidade específica.

Quanto à validade do ensino uma questão fundamental se coloca: todo ensino de gramática seria realmente ineficaz, ou apenas o modelo vigente de gramática é inadequado ao ensino?

E quando se fala em determinar um padrão lingüístico como base de uma gramática normativa, não se pode pensar em limitar o indivíduo à reprodução de um registro, mas facultar -

lhe o acesso a um tipo de linguagem que, além de ser a sua própria linguagem *estilizada*, represente a convergência das diversas variantes de sua língua.

Entendemos, pois, que *gramática normativa* não pode equivaler a um conjunto de prescrições a priori ou a posteriori determinadas de um uso restrito de língua.

Não se pode negar que ainda estejamos longe de uma verdadeira gramática padrão da língua portuguesa. Salientem-se a precariedade dos nossos estudos, a inconstância das várias correntes das modernas teorias lingüísticas, o que resulta na impossibilidade de se estabelecer uma sistemática e consistente teorização gramatical, e o comprometimento apriorístico com idéias que, muitas vezes, só indiretamente se referem aos estudos lingüísticos.

## II - Questões Específicas

Julgamos de todo imprescindível que se faça, como ponto de partida, o reexame das chamadas categorias gramaticais, para que, enfim, se possa ter elaborada uma nova gramática portuguesa. E este trabalho pretende apresentar algumas reflexões acerca de um ponto desta matéria: a categoria gramatical pessoal.

Como facilmente se pode verificar, os fatos gramaticais estão de tal maneira entrelaçados que se torna quase im-

possível isolar um deles e fazer o seu estudo separadamente . Na verdade, eles só se constituem fatos justamente por resultarem desse entrelaçamento. Por entender assim, ao invés de um estudo concentrado e exaustivo do termo *pessoa*, difundimos nos a atenção pelos elementos que direta ou indiretamente a ela estão relacionados.

Ao iniciar pela conceituação de *pessoa gramatical*, passamos a estudar as implicações desse conceito então reformulado, através do exame do que ensinam as gramáticas. Verifica-se de imediato que um dos mais sérios problemas reside na estreita relação que os gramáticos fazem estabelecer entre *pessoa* e *sujeito gramatical*. E, para melhor caracterizar o que existe de relação entre *sujeito* e *pessoa*, foi necessário também o exame do conceito de *impessoalidade* que, segundo os gramáticos, se estabelece a partir da ausência de *sujeito gramatical*.

À luz do raciocínio que seguimos, torna-se também extremamente difícil justificar a existência do que até agora foi definido como *terceira pessoa gramatical*. Esta, na forma em que se encontra, parece-nos mais resultado de uma seqüência numérica ordinal do que propriamente uma exigência da linguagem. É, pois, a nosso ver, uma sistematização apenas do que aparenta ser a forma.

Paralelamente a esta tentativa de demonstrar a insuficiência de uma das nossas categorias sintáticas, procuramos também fazer uma crítica à maneira pela qual os nossos gramati

cos se servem da abordagem diacrônica.

Nosso ponto de vista acerca da matéria é substancialmente inspirado nas idéias de Émile Benveniste, especialmente aquelas expostas em sua obra "Problemas da Linguística Geral". Nosso estudo consiste no exame do que preceituam gramáticas da língua portuguesa, à luz dessas idéias. Obviamente o resultado desse confronto levou-nos a ousar algumas propostas de análise gramatical, as quais expomos em forma de convite à reflexão.

Este trabalho tem um caráter eminentemente teórico. Baseamo-nos sobretudo na intuição dos autores estudados, ou do que nos pareceu ser a sua intuição, e em nossa própria experiência de falante e de iniciante na ciência gramatical. Preferimos este caminho — o da teoria e o da intuição — por nos faltarem recursos e métodos de pesquisa que assegurassem a comprovação de muitos dos resultados a que chegamos. Desse modo, dispensamos, por exemplo, o uso de testes, que, no caso específico de análise gramatical, resultam mais na verificação do grau de comprometimento do indivíduo com os conceitos a ele apresentados do que propriamente com a natureza da matéria sobre a qual se estabelecem esses conceitos. Em outras palavras, são testes que em última análise nos parece servirem melhor para medir o grau de qualidade e eficiência do ensino da gramática.

Temos inteira consciência de que nossa opinião é passível de ser revista, e julgamos este nosso trabalho mais como um exercício de raciocínio, sem outra pretensão que fundamentalmente a do exercício.

CAPÍTULO I  
PESSOA GRAMATICAL

Não se pode conceber linguagem sem a existência do relacionamento eu-tu; em outras palavras, para que se possa nomear qualquer processo lingüístico é indispensável que ele parta de um *eu* e se concretize em um *tu*<sup>2</sup>. E bastam estas duas pessoas simples *eu-tu*, ou ampliadas *nós-vós*. O que vem a caracterizar, então, a terceira pessoa, aquela que marca presença obrigatória em todas as gramáticas da língua portuguesa?

Se admitirmos que o ato de fala só pode dar-se entre um falante (consubstanciado na primeira pessoa, *eu*) e um ouvinte (caracterizado como segunda pessoa, *tu*), em que plano da realidade estaria fundada a chamada terceira pessoa, o *ele*?

Responder que o verbo, em português, pode ainda apresentar, em alguns casos, morfemas flexionais específicos que representem uma terceira pessoa, e que existem, ao lado dessas desinências, pronomes pessoais e pronomes adjetivos, por exemplo, seria admitir que essa terceira pessoa teria sua realidade fundada no plano gramatical. Mas aí verifica-se outra coisa: só podemos confirmar que tudo o que diz respeito à chamada terceira pessoa restringe-se à maneira de ser do sujeito gram

---

<sup>2</sup> É interessante observar que mesmo no monólogo está subjacente esta dicotomia.

tical inserido no campo do assunto<sup>3</sup>, diferente, pois, de *eu* e *tu* que têm o duplo valor de funcionar como sujeito gramatical e de remeter aos verdadeiros articuladores da mensagem, a 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> pessoas. A chamada 3<sup>a</sup> pessoa indica apenas *não-eu* e *não-tu*, o que não parece ser bastante para caracterizar a pessoa.

Parece-nos, pois, difícil confirmar a existência de uma terceira pessoa gramatical, ainda que se mude o conceito de pessoa:

*"tal como foi elaborada pelos gregos para a descrição da sua língua, essa classificação é ainda hoje admitida, não somente como verificada para todas as línguas dotadas de um verbo, mas como natural e inscrita na ordem das coisas. Resume-se nas três relações que institui o conjunto das posições que determinam uma forma verbal provida de um índice pessoal, e vale para o verbo de qualquer língua. Há sempre três pessoas e não há senão três. Entretanto, o caráter sumário e não lingüístico de uma categoria assim proposta deve ser denunciado. A alinharmos numa ordem constante e num plano uniforme 'pessoas' definidas pela sucessão e relacionadas com esses seres que são 'eu', 'tu' e 'ele', não fazemos senão transpor para uma teoria pseudolingüística, diferenças de natureza lexical. Essas denominações não nos in-*

---

<sup>3</sup> O termo *assunto* será utilizado com duplo sentido: ora significa a estrutura gramatical de sujeito não-pessoal, ora o próprio sujeito diferente de *eu-tu*.

formam nem sobre a necessidade da categoria, nem, sobre o conteúdo que ela implica nem sobre as relações que reúnem as diferentes pessoas. É preciso, portanto, procurar saber como cada pessoa se opõe ao conjunto das outras e sobre que princípio se funda a sua oposição, uma vez que não podemos atingi-las a não ser pelo que as diferencia" <sup>4</sup>.

A gramática latina ilustra muito bem este fato: não existe aí a terceira pessoa, como o demonstra a ausência de pronomes pessoais. Existe, sim, uma desinência verbal, que não remete à pessoa, como ela deve ser entendida, mas a um assunto indicado como sujeito pela desinência verbal *-t*, por oposição a *-o/-m* e *-s*, que indicam respectivamente o falante e o ouvinte na mesma função de sujeito.

*Ego* e *tu*, *nos* e *uos*, verdadeiros pessoais, não se opõem a *ille-illi*, pois *ille* é demonstrativo, e o seu emprego é o de demonstrativo. Quando *ille* é sujeito gramatical, aponta para alguém já anteriormente referido: "*O Meliboe, deus nobis haec otia fecit: / namque erit ILLE semper deus*" <sup>5</sup>; é um dístico também de valor anafórico, de natureza adjetiva, que exerce a função de sujeito gramatical. Não é uma pessoa.

Além disso pode-se verificar que

---

<sup>4</sup> BENVENISTE, 1976, p. 248.

<sup>5</sup> VIRGILE, 1960, I, 6 - 7

" A forma dita de terceira pessoa comporta realmente uma indicação de enunciado sobre alguém ou alguma coisa, mas não referida a uma 'pessoa' específica. O elemento variável e propriamente pessoal falta aqui. (...) São apresenta o invariante inerente a toda forma de uma conjugação. A consequência deve formular-se com nitidez: a 'terceira pessoa' não é uma 'pessoa'; é inclusive a forma verbal que tem por função exprimir a 'não-pessoa'. A essa definição correspondem: a ausência de todo pronome da terceira pessoa, fato fundamental que é suficiente lembrar, e a situação muito particular da terceira pessoa no verbo da maioria das línguas,..."<sup>6</sup>

Tudo leva a crer que a formulação de uma terceira pessoa partiu de um equívoco. Ela não nasceu de uma necessidade na formalização da linguagem, mas de um fato lingüístico já formalizado: assim, na flexão verbal latina, por exemplo, o *-t* e *-nt* designam uma referência a "não-eu" e a "não-tu", apenas isso. Essas desinências (*-t* e *-nt*) não caracterizam uma pessoa, mas expressam verdadeiramente a não-pessoa do discurso apenas na condição de sujeito, seja ele explícito ou não, indeterminado ou zero.

Neste sentido, a categoria terceira pessoa, como é expressa, é resultado da verificação de um fato de natureza extrínseca ao conteúdo e à estruturação do conteúdo. É uma clas-

<sup>6</sup> BENVENISTE, 1976, p. 250.

sificação que se baseia na verificação de um dado *a posteriori*.

Os fatos demonstram que a gramática deveria desconsiderar a terceira pessoa. Criá-la foi ter-lhe atribuído propriedades que lhe não são atribuíveis em nenhum dos planos: a ordem natural dos fatos a rejeita e a estruturação da linguagem não a caracteriza. Pode-se, pois, dizer com Benveniste que "*a terceira pessoa tem por característica e por função constantes representar, sob a relação da própria forma, um invariante não pessoal e nada mais que isso*"<sup>7</sup>.

Dessa maneira, a gramática passaria a ver, na terceira forma do verbo, não mais a marca de pessoa, mas a marca de uma relação meramente sintática do verbo com um nome, ou uma expressão nominal qualquer, na organização da mensagem entre dois interlocutores. A terceira desinência seria, então, a marca de subordinação do verbo ao nome, ou a um equivalente do nome, e o indicativo de que essa relação somente se dá no plano da organização da mensagem:

*"A terceira pessoa foi conformada às duas primeiras por razões de simetria e porque toda forma verbal indo-européia tende a pôr em relevo o índice de sujeito, o único que pode manifestar. Temos aqui uma regularidade de caráter extremo e excepcional"*<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> BENVENISTE, 1976, p. 254.

<sup>8</sup> BENVENISTE, 1976, p. 252.

Como entender que o verbo possa trazer um sujeito gramatical explícito, ou contextualmente explicitável, ao mesmo tempo em que ostente formas exclusivas de relação, marcadas pela desinência, entre essa forma específica e o seu sujeito?

No uso da língua, que necessidade há de que, ao lado do pronome *eu*, o verbo ainda possa trazer a desinência *-o*? Não seria suficiente apenas o pronome *-tu*, dispensando-se a desinência *-s* da forma verbal?

Como se sabe, os estudos lingüísticos feitos pelos latinos resultaram numa gramática normativa, a qual "se podia definir como - 'a arte de falar e escrever corretamente'"<sup>9</sup>. Era, assim, a gramática da língua do Forum, dos escritores e das classes letradas. Tinha, por isso, um caráter altamente formalizante, o que podia facilitar uma linguagem de estruturas de tal modo gramaticalizadas, que chegasse aos limites de língua artificial. Contudo, esses modelos de estrutura assim formalizados não podem ser vistos como "invenções" dos gramáticos. Representam o estabelecimento em cada elemento da estrutura de um sinal, normalmente em forma de flexão, do seu relacionamento com os demais componentes. E esse processo se baseia no modelo de estruturação lingüística do indo-europeu, em que o princípio fundamental era a parataxe. Esse sistema de organização da frase leva a uma auto-suficiência do termo gramaticali-

---

<sup>9</sup> CAMARA Jr., 1980, p. 15.

zado<sup>10</sup>, o que pode resultar em redundância de valor sintático, no relacionamento entre os componentes da estrutura.

Desse modo é plenamente justificável que a relação sintática sujeito-verbo se caracterize, ainda no latim, por exemplo, por uma dupla flexão: ao mesmo tempo em que o nome ou pronome - sujeito do assunto - recebe a desinência do nominativo, o verbo passa a apresentar uma desinência número-pessoal concordante. O mesmo se dá com as formas pronominais pessoais *ego-tu, nos-uos*. Daí poder-se inferir que a categoria de pessoa não parece ter pertencido ao verbo, na origem. A marca de concordância verbo-sujeito, à qual é dado o nome de desinência número pessoal, parece ter resultado de mera gramaticalização. E é como consequência dessa gramaticalização, e somente a partir do resultado dela, que a forma verbal passou a ser vista como indicadora da categoria de pessoa.

Assim, por exemplo, o morfema desinencial *-s*, por conta da contigüidade com o pronome *tu*, além da exclusividade

---

<sup>10</sup> Servimo-nos do termo gramaticalização para significar a ocorrência de arranjo, apenas ajustamento a certas condições a posteriori estabelecidas por determinados modelos de ordenação dos elementos formais. Limita-se, pois, ao aspecto exterior à elaboração do conteúdo.

Nesse sentido, podemos entender como gramaticalização, por exemplo, o uso da remanescente forma oblíqua do pronome ditto pessoal *-o/-a*, em lugar da forma *ele/ela*. Como o português não mais tem a flexão de caso, de que outra maneira poderia ser analisado o emprego da forma *o* em *eu o vi*? Em outras palavras, se o substantivo mantém invariável a forma, independentemente da função sintática, por que razão o pronome deve ostentar formas distintas, de acordo com o seu papel na frase?

do uso, passou a conferir ao verbo a possibilidade de indicar através do sujeito gramatical a pessoa do discurso.

Seria, então, de se esperar que os pronomes, por exemplo, usados sempre, não exclusivamente, como sujeito pudessem dispensar a presença da desinência número-pessoal do verbo. Igualmente, a desinência sempre em coocorrência poderia dispensar o pronome.

E o português confirma essas possibilidades. A forma verbal *faço* dispensa o uso do pronome *eu*, mas *fazia* o exige, se o contexto não for capaz de determinar que o verbo se refere à primeira pessoa. A forma *tu* é encontrável como sujeito gramatical de *vai*, da mesma maneira que *eles*, em linguagem coloquial, pode desempenhar o papel de sujeito de *fazia*.

Temos de partir do princípio de que pessoa gramatical é outra coisa que sujeito. Ela é identificável de acordo com a natureza do sujeito. Pessoa gramatical é um fenômeno de linguagem, não é um elemento mórfico, mais do que uma forma de apresentação dos termos na estrutura gramatical, significa o modo de participação no processo lingüístico.

Nesse sentido, na expressão "tu escreves", ao ser representado lingüisticamente um fato, há um envolvimento daquele com quem se fala, tornado então segunda pessoa do discurso, com a própria estruturação do que a ele se fala, na forma de sujeito gramatical. Em outros termos, aquele *tu* passa a assumir dois valores: o de representante da pessoa com quem se fala, e o de sujeito gramatical da estruturação lingüística do

conteúdo transmitido de *eu* a *tu*.

Da mesma forma, em "eu escrevo" há, além da descrição lingüística de um fato, a certeza de que o sujeito da estrutura gramatical está representando aquela entidade que, ao pronunciar "eu escrevo", se define como a primeira pessoa do discurso.

Em um enunciado como "ele escreve", do ponto de vista da forma de estruturação gramatical, nada há que o diferencie de "eu escrevo" ou de "tu escreves". Mas quando se vai além da simples representação lingüística de um fato, e se pergunta que fatores determinaram a constituição dessa representação lingüística, as diferenças começam a aparecer. É que na estrutura lingüística que descreve o fato "ele escreve" nem *eu* nem *tu* (pessoas do discurso) podem atuar, da mesma forma que em "eu escrevo" e "tu escreves". "Ele escreve" é uma descrição feita de um *eu* para um *tu*, de tal maneira que nenhuma dessas duas pessoas possa ser sujeito gramatical da estrutura que um profere e o outro ouve. Estamos, pois, diante de um registro do assunto.

Eis aí um dado fundamental para a caracterização de pessoa gramatical. O termo *pessoa* deduz-se então do modo de participação dos agentes da linguagem na própria linguagem. Nesses termos, a expressão *pessoa* cabe ao que fala, enquanto este é o sujeito gramatical da estrutura que ele fala. *Tu* é *pessoa* quando, na condição de *com quem se fala*, pode exercer o papel de sujeito gramatical do que a ele se fala. Mas *ele* não é *pessoa*, pois, embora possa ser sujeito, sua participação no pro-

cesso lingüístico limita-se ao plano da estrutura gramatical .  
 A forma pronominal substantiva *ele* é apessoal porque não pode participar como agente do processo lingüístico, enquanto permanece individualizada na condição de sujeito gramatical do assunto.

Não se pode esquecer, no entanto, que, embora apenas a 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> pessoas possam ser tidas como elementos de linguagem, há determinados usos de língua que aparentemente deixam margem de dúvida quanto a essa hipótese. Um caso de certa freqüência é o uso da chamada terceira pessoa, ao invés da primeira, por exemplo, quando a mãe se dirige ao filho e diz: "espere aqui, que *mamãe* já volta". É também possível o uso da terceira pela segunda pessoa: já ocorreu-nos presenciar uma cena em que uma senhora se dirigia a uma criança, interrogando-lhe o nome: "como é que é o nome do neném?", e a criança deu-lhe o nome do irmãozinho menor. Além desses, temos como "recomendado" o uso das formas de tratamento indireto - Vossa Excelência, Vossa Majestade, etc.

É preciso entender que esses empregos são *metafóricos*: foi a metáfora a causa de a criança não ter respondido o seu próprio nome; é por causa da metáfora que o não iniciado tende a concordar o verbo com a verdadeira pessoa do discurso, dizendo "Vossas Excelências sois" ou "a gente somos".

Tudo isso só vem a reforçar a hipótese de que a chamada terceira pessoa é não-pessoa.

## CAPÍTULO II

## SUJEITO

As gramáticas, de um modo geral, apresentam a oração como fundamentalmente constituída de *sujeito e predicado*. E associam de tal modo esses termos que, ao definirem sujeito, o fazem na sua interdependência com o predicado. No mesmo sentido, definem predicado pela sua relação com o sujeito.

## SUJEITO

"É o ser ao qual se atribui a idéia contida no predicado". (SACCONI, 1983, p. 258).

"Ser de quem se diz alguma coisa". (LUFT, 1978, p. 129).

"Sujeito, em contrapartida, é o termo que exprime o ser de quem se diz alguma coisa". (KURY, 1985, p. 21).

## PREDICADO

"É tudo aquilo que se atribui ao sujeito". (SACCONI, 1983, p. 261).

"Aquilo que se afirma do sujeito, quando este existe". (LUFT, 1978, p. 131).

"À exceção do vocativo, tudo o que, na oração bimembre, não é sujeito ou não está no sujeito, constitui o predicado, termo que contém a afirmação nova para o ouvinte". (KURY, 1985, p. 26).

"Sujeito é o termo sobre o qual se faz uma declaração". (CUNHA, 1983, p. 137).

O autor não dá uma definição genérica para o predicado, mas ao falar do predicado verbal a firma:

"O predicado verbal tem como núcleo, isto é, como elemento principal da declaração que faz do sujeito, um verbo significativo".

E define verbo significativo:

"... aqueles que trazem uma idéia nova ao sujeito". (CUNHA, 1983, p. 146).

Ainda presidem a este tipo de definição gramatical os conceitos da lógica tradicional. Desse modo, o sujeito está para seu predicado, assim como o conjunto sujeito-predicado está para o fato que descrevem: na frase *José fugiu*, *fugiu* é predicado de *José*, assim como *José fugiu* predica um fato da realidade - a fuga de José.

Mas a realidade objetiva como sujeito-objeto da predicação lingüística não pode ser vista como tendo os mesmos elementos que devam participar da caracterização, no plano exclusivamente lingüístico, do sujeito gramatical. Este deve caracterizar-se pela sua relação íntima com o verbo, como termo que o subordina e juntamente com ele descreve a realidade obje

to.

Outro aspecto a ser levado em consideração é o fato de os gramáticos tratarem o sujeito como *ser*. Neste caso, ou dão um valor demasiadamente amplo à palavra, de modo que possa também incluir a oração - todos falam de oração subordinada subjetiva -, ou não se lembram de que a oração também pode desempenhar a função gramatical de sujeito. Deve-se observar, ainda, que a expressão *termo* tem um significado na definição de KURY (parece confundir-se com palavra, substantivo), mas pode ser entendida como equivalente a sintagma, na definição de Celso Cunha.

Por essas definições pode-se chegar a mais uma conclusão: se não há sujeito, não pode haver predicado, ou seja, o predicado está condicionado à existência do sujeito. Neste sentido a definição de Celso Pedro Luft é a mais explícita.

Por razões óbvias, ainda segundo esse raciocínio, as construções de verbo dito impessoal não poderiam ser tomadas como orações, pois, se não têm sujeito, não podem ter predicado. No entanto, afirma Luft:

"Nas orações sem sujeito, o enunciado se concentra no predicado, e este não é atribuível a nenhum ser, nenhum agente"<sup>11</sup>.

Gama Kury, também ensina:

---

<sup>11</sup> LUFT, 1978, p. 130.

"Caso distinto é o das orações sem sujeito: nelas a enunciação se concentra no predicado, que não se atribui a nenhum ser; o sujeito é inexistente, e o verbo por não estar referido a nenhuma pessoa gramatical, se diz *IMPESSOAL*"<sup>12</sup>.

Se o autor, em sua definição de predicado, restringe o à oração bimembre, como entender que numa oração sem sujeito, unimembre, portanto, possa haver predicado?

Raciocínio idêntico é repetido por Luiz Antônio Sacconi:

*"ORAÇÕES SEM SUJEITO*

*"São aquelas que trazem verbo impessoal. Ex.:*

*Amanheceu*

*Trovejou muito*

*"Cada uma dessas orações só traz o predicado"*<sup>13</sup>.

Mas tudo se parece explicar por confusão de critérios: Se a frase é bimembre, o predicado é classificado de acordo com os princípios da lógica; se não puder existir sujeito gramatical, adota-se o critério formal de análise, já que esse único membro de frase tem como núcleo um elemento lexical, que

---

<sup>12</sup> KURY, 1985, p. 24.

<sup>13</sup> SACCONI, 1983, p.260.

pode apresentar as principais propriedades do verbo: sufixos modo-temporais e desinências número-pessoais.

Na caracterização do sujeito alguns traços têm sido dados como relevantes: a sua posição sintática anterior ao verbo, aspectos semânticos como os de *animado*, *agente*, etc. No entanto, esses elementos mostram-se insuficientes para definir o sujeito.

O tratamento dado neste trabalho ao termo *pessoa gramatical* levou-nos à proposição de que não é possível a existência da terceira pessoa gramatical, ou seja, pessoas propriamente ditas são apenas a primeira e a segunda. Na realidade, a caracterização do sujeito pessoal não é difícil, pois na sua relação com o verbo ele ou é indicado pela desinência número-pessoal, ou é identificado pela presença do pronome, quando não aparecem os dois elementos simultaneamente.

Dessa forma, em "eu escrevo" e "tu escreves" o que caracteriza o sujeito é a relação sintática e semântica entre o pronome substantivo, que incorpora ao traço de pessoa a função de sujeito, e o verbo. Nestes exemplos, ao se estabelecerem tais relações revelam-se os traços mais marcantes que possam caracterizar o chamado sujeito típico: existe no verbo a marca correspondente à *pessoa do pronome sujeito*; os sujeitos são indivíduos, animados, portanto; são também agentes e encontram-se na posição anterior ao verbo.

Ainda que esses sujeitos de primeira e segunda pessoas não sejam humanos, no caso das fábulas, o atribuir-se-lhes

a linguagem humana lhes confere o 'status' de indivíduos. Comportam-se na linguagem como se fossem humanos.

Outra natureza tem a frase de verbo não referido a sujeito pessoal. Não é de estranhar que nelas resida a grande dificuldade de caracterização do sujeito. E essa dificuldade existe na medida em que a frase pode apresentar como sujeito tudo quanto possa ser gramaticalmente categorizável como substantivo. Além do mais, muitos dos traços que caracterizam o sujeito típico costumam não aparecer aí.

Na língua escrita do padrão escolarizado dito culto muitas dessas dificuldades inexistem, uma vez que são suprimidas por recursos como a concordância, por exemplo.

Julgamos que a relação sujeito-verbo é a mesma que existe em termos de determinante-determinado. Ainda que a ordem dos sintagmas esteja alterada, o princípio mantém-se. Nada há que diferencie as duas frases do ponto de vista sintático e semântico: "a festa acabou" e "acabou a festa". No entanto, é preciso lembrar que o vínculo entre o sujeito e o predicado, no plano gramatical, parece mais fraco do que aquele preconizado pela lógica tradicional. Como diz BENVENISTE, o sujeito está simplesmente em "aposição" ao verbo<sup>14</sup>. A linguagem oral parece revelar esse fato, ao dispensar as marcas de concordância no verbo, ou ao fazer a inversão dos sintagmas: "vai eu, você e

---

<sup>14</sup> BENVENISTE, 1976, p. 253.

muita gente mais", "acabou o pesadelo".

Muitos teóricos têm hesitado em tratar como sujeito o sintagma posposto ao verbo. Argumentam que o SN posposto ao verbo costuma apresentar mais traços de objeto do que de sujeito, e dão como casos típicos dessa ocorrência as frases de verbo intransitivo seguido de SN inanimado.

Este caso torna-se de fato um problema quando se tenta buscar a resposta em dados exteriores à estruturação da linguagem — o traço animado é um exemplo. Na verdade, a língua como "representação" não reproduz a realidade tal qual é, mas a descreve de acordo com princípios internos de estruturação. Por outro lado, torna-se difícil, à luz dos conceitos vigentes, compreender que um sintagma possa ter mais características de objeto, quando se refere a um verbo intransitivo sem sujeito.

Parece estar presente em tais proposições a idéia de que a língua fosse regida pelos mesmos princípios que ordenam os fenômenos naturais. O fato de se dar como uma das características de sujeito típico o traço animado denuncia um entrecruzamento de planos. O mesmo acontece quando se refere ao verbo como ação. Poder-se-ia concluir daí então que a qualidade preponderante do sujeito fosse a de agente. Mas ser agente é mera coincidência no sujeito. Na condição de agente, ele deve estar relacionado a uma ação, no entanto, ser ação não está obrigatoriamente na natureza gramatical do verbo.

Eunice Pontes (1984, p. 285), investigando a noção de agente relata os resultados de um teste aplicado em profes-

sores da Faculdade de Letras da UFMG - a sentença era:

"o trem chegou"-:

"em outro grupo de dez professores, dos quais cinco fizeram mestrado em Linguística, encontrei o resultado também dividido: 5 acham que trem é agente, 5 acham que não. Dos cinco que acharam que é agente, quatro acham que é animado, porque tem movimento e um acha que não porque não tem vida".

O que pode demonstrar essa análise? Simplesmente que estão sendo transpostos para o plano gramatical elementos de uma pseudo-realidade objetiva. Outro problema parece ser a perda de consciência de que o termo *animado* é por natureza participio passado. No caso desta análise estaria sendo sinônimo de anímico? O *trem* é animado (equivalente a anímico) ou lingüísticamente "animizado"?

A morfo-sintaxe latina pode, de alguma forma, contribuir para o esclarecimento da questão.

Na história da língua latina, sabe-se que a antiga classificação dos seres em animados e inanimados obedecia a princípios extra-lingüísticos ditados pela própria natureza. Mas a necessidade fez criar uma nova natureza: a realidade dos fatos no plano exclusivamente lingüístico. Assim, os nomes de seres inanimados que continuaram a ser vistos como inanimados passaram, no plano gramatical, à categoria de nomes neutros. Os nomes designativos de seres animados distribuíram-se, por in-

fluência do sexo, entre femininos e masculinos. Alguns neutros, motivados sobretudo por questões míticas, passaram a classificar-se como masculinos ou como femininos<sup>15</sup>.

Este fato é revelador de profundas alterações no plano da representação lingüística, e as implicações dessa mudança materializam-se num modo mais complexo de se expressar a realidade.

O nome neutro que em sua realidade de inanimado era impossibilitado de exercer a natural função de sujeito, agente portanto, - esta função era própria dos nomes de seres animados - passa, no plano da formalização da linguagem, a poder desempenhar o papel de sujeito. Mas de sujeito gramatical, apenas. É isto o que demonstra a morfo-sintaxe latina ao dar à palavra neutra em função de sujeito gramatical (nominativo) a mesma forma que ela tem em acusativo.

A forma do acusativo sintaticamente equivalente a um nominativo demonstra que a palavra mantém o traço semântico de paciente e o valor sintático de sujeito gramatical de atividade zero.

O terem atribuído a *trem* a qualidade anímica parece ter sido por causa do verbo. E tornou-se agente porque foi considerado animado em vista da natureza da significação verbal. Seria o caso de se perguntar se em "o menino apanhou" *menino* é agente, uma vez que se tem aí um sujeito animado. Tra -

---

<sup>15</sup> IVO, 1974, p.20.

tar-se-ia de um caso atípico?

A solução parecerá viável se a caracterização do sujeito da estrutura lingüística for estabelecida em bases estritamente gramaticais. É na relação com o verbo que ele se define. Mesmo que essa relação sujeito-verbo, ou verbo-sujeito, não possa ser identificável através de recursos sintáticos, como a concordância ou a anteposição, ou por traços semânticos - animado, agente -, ela subjaz no princípio da conjugação determinante-determinado. O que caracteriza o sujeito não são os traços encontráveis na palavra isolada, mas são elementos nocionais de relação.

Voltando às definições que se fizeram clássicas, dadas pelas gramáticas, observamos que o princípio orientador que as constitui definições de sujeito não pode ser desprezado. O que nelas está subjacente são os princípios da relação determinante-determinado. Além disso foram formuladas para o sujeito num tipo específico de linguagem - o padrão culto, escrito. E, o que é fundamental, elas não podem ser entendidas fora do âmbito estritamente gramatical da relação. Ao se definir sujeito como "ser de quem se diz alguma coisa"<sup>16</sup>, quer-se dizer que sujeito é aquele termo ao qual está referido o verbo, na relação determinante-determinado. Desse modo, em *essa proposta eu não aceito* dizer que o sujeito é *essa proposta*, uma vez que se diz alguma coisa de *essa proposta*, é considerar o

<sup>16</sup> LUFT, 1978, p. 129.

efeito, o resultado que a frase pode provocar no ouvinte, não a organização dos termos que levam a esse resultado. É, pois, a organização dos termos que a definição deve ser aplicada.

Com toda certeza não são definições completas, além de muitas vezes, mal formuladas, mas contêm um dado imprescindível que é a ênfase à relação determinante-determinado.

CAPÍTULO III  
IMPESSOALIDADE

O termo impessoalidade está nas gramáticas diretamente relacionado com a não ocorrência de sujeito gramatical, ou seja, são impessoais determinados tipos de construção em que verbos aparecem destituídos de sujeito:

*"IMPESSOALIDADE - Propriedade de uma forma verbal que, núcleo de um predicado, não se refere a qualquer sujeito, explícito ou implícito. A forma verbal diz-se então impessoal"<sup>17</sup>.*

Diante de caracterizações como esta, seria de se esperar que *pessoa gramatical* fosse também definida em termos de propriedade do verbo. Mas não é o que se observa nas palavras do mesmo autor:

*"PESSOA GRAMATICAL - Indicação morfológica das pessoas a) do falante, b) do ouvinte, c) de tudo que é distinto de ambas, feita numa enunciação lingüística. Há, portanto, três pessoas gramaticais. (...) As formas*

---

<sup>17</sup> CÂMARA JR., 1964, p. 190.

verbaís em português expressam a pessoa gramatical do sujeito, mediante desinências chamadas pessoais, de que resultam seis formas distintas para cada tempo verbal..."<sup>18</sup>.

Observa-se, pois, que enquanto a impessoalidade é tratada como fenômeno de natureza sintática e semântica, pessoa gramatical tende a ser caracterizada apenas como elemento mórfico, exterior à semântica, mero índice de relação formal que se estabelece entre um sujeito obrigatoriamente presente ou contextualmente elíptico e seu verbo. No entanto, vê-se que, apesar de a forma ser dita impessoal, a ela é atribuída uma desinência chamada pessoal: "... a invariabilidade em número de um verbo na 3<sup>a</sup> pessoa assinala a chamada impessoalidade, isto é, um padrão frasal em que desaparece a dicotomia sujeito-predicado pela eliminação do sujeito"<sup>19</sup>.

Outros estudos têm demonstrado que o tratamento dado ao tema é ainda mais diversificado, conforme se lê:

"Impessoal era, portanto, segundo alguns, o verbo que não admitia como sujeito uma pessoa, entendida, nesse caso, como indivíduo. Para outros era impessoal o verbo sem su -

<sup>18</sup> CÂMARA JR., 1976, p. 271.

<sup>19</sup> CÂMARA JR., 1964, p. 248.

*feito; afirmavam uns que o verbo impessoal sō poderia estar na terceira pessoa do singular e admitiam outros também a terceira pessoa do plural*"<sup>20</sup>.

Mas atribuir ao termo pessoa gramatical, como esses estudiosos a definem, as características de pessoa como indivíduo é analisar o fenômeno lingüístico sob uma perspectiva exageradamente antropocêntrica. E entender que é impessoal o verbo sō por não vir acompanhado de sujeito é confundir *sujeito* e *pessoa gramatical*.

ficou sugerido nos capítulos anteriores que *sujeito* e *pessoa gramatical* devem ser entendidos como cousas distintas. E, mais de uma vez, propôs-se que pessoas gramaticais como representação de entidades capazes de elaborar uma mensagem e dar resposta a ela sejam apenas a primeira e a segunda.

O estudo da chamada terceira pessoa verbal resulta, desse modo, muito mais complexo. Uma vez considerada a *não-pessoa*, tem-se de admitir que a estruturação gramatical do assunto passa a conter dois modelos de construção sintática: de um lado tem-se a frase em que existe sujeito gramatical, de outro há a que não o permite.

O fato de haver um sō tipo de forma verbal para dois modelos de construção, no caso da chamada terceira pessoa, parece ter contribuído para tomar *pessoa* como sinônimo de *sujeito*.

<sup>20</sup> HAUY, 1983, p. 197.

to, ou modo de ser do sujeito, na gramática tradicional. E isso, por outro lado, torna mais fácil a compreensão de que a falta de "sujeito explícito ou implícito" corresponda o conceito de impessoalidade.

Conseqüentemente, há duas questões a serem examinadas no estudo da não-pessoa: a indeterminação do sujeito e a oração sem sujeito.

Segundo o raciocínio que estamos desenvolvendo, uma frase de sujeito indeterminado seguiria o modelo da construção não pessoal subjetiva. Mas de que maneira explicar a frase sem sujeito, dita impessoal, como *chove*, por exemplo, em que se diz que a forma verbal tem os mesmos indicadores gramaticais (tempo, modo, pessoa, conjugação) de *escreve* em "ele escreve bem"?

Os limites entre as estruturas de sujeito gramatical dito indeterminado e as estruturas sem sujeito não estão bem delineados pelos próprios gramáticos. Enquanto Mattoso Câmara considera impessoais as "*orações de verbo intransitivo na forma médio-passiva*"<sup>21</sup> e Epiphânio afirma que "*os verbos intransitivos (e os transitivos empregados intransitivamente) podem empregar-se na conjugação reflexa, na 3<sup>a</sup> pessoa do singular, em sentido impessoal, v.g.: combate-se, estuda-se...*"<sup>22</sup>, há, por outro lado, a grande maioria dos autores que consideram essas "orações" como sendo de sujeito indeterminado.

---

<sup>21</sup> CÂMARA JR., 1964, p. 191.

<sup>22</sup> DIAS, 1970, p. 106.

Sebastião Expedito Ignácio, entre os casos polêmicos de oração sem sujeito incluiu o "do emprego do pronome apassivador 'se' com verbos intransitivos"<sup>23</sup>, embora não explique por que são polêmicos. No entanto, Adriano da Gama Kury, comentando o ponto de vista de "outros autores, como Mattoso Câmara Jr", afirma:

"Raciocinam eles que, quando se diz 'Devagar se vai ao longe', não se cogita, em princípio, de que 'alguém vai ao longe', mas que 'é possível ir ao longe' impessoalmente; e que 'não se progride sem esforço' equivale a 'Não há progresso sem esforço' antes que 'A gente progride sem esforço. O debate sobre o problema seria interminável"<sup>24</sup>.

É interessante observar que o Gramático pretende buscar a explicação fora da estrutura gramatical. Ele tenta compreender qual teria sido a interpretação dada à "oração", por Mattoso, por exemplo, ao classificá-la como impessoal. Ora, o debate não seria interminável se se compreendesse, utilizando-se o raciocínio da própria gramática tradicional, que em frases como "vende-se uma casa" o termo *uma casa* é considerado o

<sup>23</sup> IGNÁCIO, 1976, p. 30.

<sup>24</sup> KURY, 1985, p. 23-4.

sujeito da passiva, enquanto que nas de verbo intransitivo - "combate-se", "devagar se vai ao longe" - não há o que possa ser considerado sujeito gramatical. Em outras palavras, no primeiro caso pode-se fazer a conversão para a ativa - "uma casa é vendida" (?) -, no segundo isto é impossível. Assim, de acordo com o raciocínio da gramática tradicional, a análise "correta" é a de oração impessoal.

Sabe-se, no entanto, que frases como "vendem-se casas" representam uso estilístico de um padrão de linguagem, mera gramaticalização, e que sua análise como passiva é, de certo modo, artificial. O fato de não ser esse tipo de frase encontrável com frequência em linguagem coloquial o demonstra. Além disso, nota-se em língua escrita escolarizada o crescente uso da estrutura fora dos padrões estabelecidos pela normalização gramatical. Uma suposta correspondência de sentido entre *alguém vende casas / casas são vendidas / vendem-se casas* não é suficiente para que se lhes atribua análise idêntica<sup>25</sup>.

É importante observar que os processos de indeterminação do sujeito tendem a variar também de acordo com o grau

---

<sup>25</sup> Vem, a propósito, a oportuna advertência de Said Ali: "Em vez de aceitarmos os fenômenos lingüísticos tais quais se apresentam, andamos geralmente a procurar fora da língua um termo reclamado por um princípio apriorístico. Fantasiamos possibilidades, socorremos-nos de sujeitos imaginários, fingimos a sua existência, ou então, sentindo-nos incapazes de analisar uma frase diretamente, substituímo-la por outra, lingüisticamente diversa, e analisamos a segunda. Em suma, não analisamos: sofismamos a análise". (ALI, 1957, p. 78).

de escolarização do falante. Enquanto a língua escolarizada privilegia o emprego da não-pessoa no plural - *dizem* - ou da não-pessoa singular mais *-se* - *diz-se*<sup>26</sup> -, a linguagem coloquial prefere utilizar-se simplesmente da forma não pessoal no singular - *diz que*.

A frase de sujeito indeterminado em linguagem escolarizada pode, pelos elementos que apresenta, ser incluída, sem dificuldade, no grupo da não-pessoa com sujeito. Observa-se que a presença do morfema desinencial de plural ou do morfema *se* indica existir um sujeito. Esse sujeito só não é identificável por falta de contexto. Não se pode esquecer que o pronome *ele*, embora seja substantivo, ainda conserva traços da sua natureza adjetiva. O que parece caracterizar a indeterminação é o fato de estar também ausente o pronome de natureza adjetiva, que não se encontra na sua função de determinante, uma vez que o determinado está fora do contexto.

E isso leva a crer que a indeterminação do sujeito seja fenômeno de natureza semântica apenas. Gramaticalmente a forma *dizem* realiza-se exatamente como *dizemos*. Talvez levados por essa intuição alguns autores afirmem que a indeterminação do sujeito possa se exprimir por meio de "*sujeito materialmen-*

---

<sup>26</sup> Pode-se perceber com facilidade o quanto essas construções são resultado de gramaticalização, pelo que afirma Saïd Ali: "Pressupõe o emprego da 3ª pessoa do plural que ficam excluídos ou são de todo estranhos à ação os indivíduos falante e ouvinte. Para incluí-los no número das pessoas que deixamos de especificar, temos de recorrer a outro expediente". (ALI, 1971, p. 269).

te constituído pela expressão 'a gente', de valor indefinido"<sup>27</sup>. No entanto há Gramáticos que reagem a essa análise como Gama Kury, por exemplo:

"Autores há que apontam como caso de sujeito indeterminado o que é constituído materialmente por pronomes indefinidos 'que nada esclarecem quanto à identidade do agente (ou do paciente, na voz passiva' (G.C. Melo, NMAS, 42), numa aproximação natural entre os conceitos de 'indeterminado' e 'indefinido', numa análise antes lógica do que sintática. Na verdade, ao dizermos 'Alguém bateu à porta', o sujeito alguém é determinado, embora indefinido, apesar de 'nada esclarecer quanto à identidade do agente' - tão determinado e indefinido como o substantivo desconhecido nesta oração: 'Um desconhecido bateu à porta"<sup>28</sup>.

Natureza em princípio diferente parece ter o processo de indeterminação do sujeito em linguagem coloquial, pelo simples uso da forma singular -diz que. E uma questão fundamental se coloca: o que permite à não-pessoa singular ser utilizada como forma de indeterminação do sujeito?

<sup>27</sup> MELO, 1970, p. 194.

<sup>28</sup> KURY, 1985, p. 24.

O problema visto sob o ângulo da morfo-sintaxe parece ter duas soluções: ou se chegou à forma singular pela eliminação do *se*, ou se chegou a ela pelo relaxamento da concordância - "eles diz", "eles fazia", etc. No entanto, é difícil aceitar que esteja se perdendo o elemento *se*, em língua popular, uma vez que não se perde o que não se tem. De outra forma, o admitir que esteja sendo abandonada a flexão verbal leva a supor que implicitamente a concordância sujeito-verbo continue a existir. Nesse caso, o processo de indeterminação do sujeito continuaria, *in mente*, a ser feito pela não-pessoa do plural. E, além disso, o processo descenderia da língua escolarizada.

Admite-se que muitos processos de concordância sejam meramente gramaticalizações. A linguagem oral tem, de fato, revelado que em português a concordância, a numérica, por exemplo, é dispensável em diversas ocorrências. Dessa forma, basta que apenas um dos elementos venha marcado. Ora, se em *eles dizem* a concordância é mera gramaticalização de *eles diz*, torna-se difícil admitir que a indeterminação do sujeito em língua popular pela forma - *diz que* - continue a ser entendida como se fosse resultado de uma *degeneração* de concordância.

A solução possível é aceitar que a indeterminação do sujeito em língua popular seja um processo de simples eliminação do sujeito, num sistema em que o verbo não precise trazer marca de concordância.

Ainda assim, um problema surge: como garantir que o

termo eliminado seja a forma de plural *eles*? Nenhuma resposta parece trazer certeza quanto a esse fato, mas baseando-se na intuição que levou à forma gramaticalizada *dizem*, por exemplo, pode-se pensar que talvez aí resida um princípio de resposta.

De qualquer forma, todos os casos de sujeito indeterminado estariam nos limites da não-pessoa com sujeito.

A análise precisa ater-se à estrutura gramatical enquanto meio, não enquanto fim, ou seja, sujeito gramatical indeterminado é sujeito estruturalmente existente; a interpretação desse sujeito enquanto fim está para além da análise gramatical. O fato de ter-se tornado irreconhecível o sujeito demonstra, ao contrário, a existência de um sujeito exatamente igual a qualquer sujeito reconhecível. O que é indeterminado não é o sujeito enquanto termo da estrutura gramatical, mas o sujeito enquanto indivíduo, que o significado e a forma do verbo sugerem existir, sem lhe revelarem a identidade. Sujeito indeterminado não pode ser considerado como uma espécie, um tipo que se opõe, a sujeito simples, por exemplo.

Said Ali (1966, p. 126) não fala de sujeito indeterminado. Ao dizer que "*o sujeito pode ser DEFINIDO (...) ou INDEFINIDO*", nada mais faz do que distinguir nele propriedades semânticas, não morfo-sintáticas. É o que podemos deduzir da continuação de suas palavras:

"SUJEITO INDEFINIDO é o que indica ente humano que não podemos ou não queremos especificar. Em prega-se para este efeito o verbo ou na 3<sup>a</sup> pes-

soa do plural, ou na forma reflexiva, ou usa-se o verbo na forma ativa dando-lhe por sujeito um pronome indefinido:

*Assassinaram o ministro.*

*Estão batendo à porta.*

*Morre-se de frio.*

*Alugam-se cadeiras.*

*Desistiu-se da empresa.*

*Alguém está batendo".*

Tem-se, então, que sujeito indeterminado não é um tipo de sujeito, enquanto elemento gramatical. Estar o sujeito determinado, ou não, é resultado de um processo de gramaticalização em que a condição básica é a de que exista sujeito. A interpretação desse sujeito como determinado ou não é posterior à constatação de que há na frase elementos gramaticais para garantir sua existência. Vê-se, então, que o traço indeterminado é puramente semântico, e um dado só verificável a posteriori.

Uma vez considerada a inconveniência da terceira pessoa, torna-se discutível também o conceito tradicional de impessoalidade. Se consideramos que o sujeito é outra coisa que pessoa gramatical, não podemos aceitar que a ausência de sujeito corresponda o conceito de impessoalidade. Este torna-se um termo vazio de significação, ao raciocínio de nossa proposta, além de desnecessário.

CAPÍTULO IV  
A NÃO-PESSOA SEM SUJEITO

Epiphânio Dias (1970, p. 34), ao estudar a *Composição da Oração*, encontrou dezenove tipos de oração impessoal. E, como se trata de uma sintaxe histórica, nem todos esses tipos apontados de impessoalidade são encontráveis ainda hoje. Acresça-se a isso o fato de todos os casos terem sido documentados em textos de língua escrita literária. O autor chega mesmo a advertir que há empregos de uso muito restrito, como, por exemplo, o do verbo *vir* acompanhado de preposição *por* ou *a* ("É sintaxe pouco vulgar"): Nesse mesmo dia, quando veio pela Tarde. (Cast., D. Hist., 2, 107)."

Mattoso Câmara, no entanto, fala de apenas

"três principais padrões sintáticos de oração impessoal, com o verbo invariável na 3<sup>a</sup> pessoa do singular para indicar sujeito zero: 1) nas orações existenciais com o verbo haver em que um nome complemento figura no predicado, como objeto direto, posposto ao verbo, sem a concordância deste, e substituível pelo pronome adverbial átono -o, a, os, as; ex. 'onde há homens, há cobiça' (cf.: Onde os há...); 2) nas orações que exprimem fenômenos atmosféricos; ex.: chove torrencialmente; 3) nas orações de verbo intransitivo na forma médio-passiva; ex.: vive-se bem no Rio. Não se fale

mal do próximo - Não se trata disso"<sup>29</sup>.

Como já discutimos, ao tratar da indeterminação do sujeito, essa chamada passiva impessoal, interessa-nos agora estudar o verbo *haver* e a forma de expressão dos fenômenos atmosféricos.

### 1. O Verbo Haver

A quase totalidade dos gramáticos aceita o comportamento sintático do verbo *haver* como o de verbo sem sujeito, significando *existir*, e tendo objeto direto.

"O verbo *haver*, empregado na acepção de *existir*, é impessoal e transitivo direto"<sup>30</sup>.

"As orações impessoais - em sentido estrito formam-se:

4) com *haver* acompanhado de compl. directo, significando assim, no seu conjuncto, a existência de uma pessoa ou coisa"<sup>31</sup>.

"OS PRINCIPAIS VERBOS IMPESSOAIS

São:

---

<sup>29</sup> CÂMARA JR., 1964, p. 191.

<sup>30</sup> HAUY, 1983, p. 210.

<sup>31</sup> DIAS, 1970, p. 17.

b) o verbo haver em Orações Sinônimas às construídas com existir"<sup>32</sup>.

Afirmações como estas revelam que o critério de análise proposto é formal. Mas, curiosamente, um aspecto muito destacado é o valor semântico da forma verbal: ... na acepção de existir..., nas orações existenciais..., etc. Seria o bastante afirmar que o termo ligado a haver é objeto direto por causa de sua pos-posição? Seria o fato de o verbo permanecer na chamada terceira pessoa do singular o argumento? Mas de onde provém a forma invariável dessa terceira do singular? Também o argumento formalista de Mattoso Câmara de que o termo se ja "substituível pelo pronome adverbial átono"<sup>33</sup> não convence, pois estas mesmas formas pronominais podem aparecer em estruturas do tipo:

"Ele foi presidente? - Sim, o foi", em que podem assumir a função de caso reto, predicativo de natureza substantiva, no exemplo<sup>34</sup>.

<sup>32</sup> BECHARA, 1983, p. 30.

<sup>33</sup> CÂMARA JR., 1964, p. 191.

<sup>34</sup> O fato de ser permitido o emprego da forma dita adverbial nesse tipo de estrutura revela, pelo menos, duas questões fundamentais: a) é um dítico - só pode ser empregado se houver no contexto um termo que lhe venha servir de referente. Isso invalida o recurso da substituição, pelo menos na maioria dos casos em que *haver* é empregado; b) Essas formas são realmente acusativas? O seu uso em estruturas de verbo de ligação corresponderia a um desvio de norma, um emprego especial?

Não seriam esses empregos meramente gramaticalizações? Ao aceitarmos como gramaticalização esses usos de língua escolizada, somos levados a entender que o recurso utilizado por Mattoso não é suficientemente preciso para explicar a verdadeira natureza de *haver*.

Igualmente não convence a afirmação de que

"a impessoalidade do verbo haver resultou de ter passado a complemento de lugar o nome que era sujeito da oração, enquanto habere 'ter, possuir' sofria uma alteração semântica para 'existir': numa frase do tipo - A carniça havia ossos (...) o sujeito (a carniça) passou a complemento de lugar com a preposição em..."<sup>35</sup>.

A aceitar tal hipótese, seria necessário verificar se o emprego de haver teria ficado restrito às estruturas em que o seu sujeito pudesse ser entendido como um *realmente lugar onde*, ou se apenas as construções de haver que tivessem por sujeito esse *lugar onde* sofreram tal mudança de sentido. Mas o autor não faz nenhum esclarecimento a esse respeito, quando diz que o sentido de habere passa de "ter, possuir", para "existir".

→ E como explicar a passagem de havam para havia, na hipótese de uma frase do tipo "as casas havam moradores"? Teria sido apenas pela mudança de função do sujeito *as casas*?

\* É muito significativo, no entanto, que se tenha referido à evolução semântica, pois nela está a chave para a classificação do termo ligado ao verbo, em pos-posição. Se houve mudança de sentido, é de todo inaceitável que se perpetue a aná

---

<sup>35</sup> CÂMARA JR., 1964, p. 191.

lise desse termo como objeto direto. Como pode ser que na afirmação de que algo exista, esse algo seja objeto direto? Toda razão tem a inteligência popular que, especialmente nos casos de emprego do pretérito imperfeito do indicativo, tende a flexionar o *haver* concordando-o com o termo subsequente: "havia flores"<sup>36</sup>. Sincronicamente pode-se justificar o seu emprego exclusivamente no singular como gramaticalização, emprego apenas estilístico, em sentido lato. Neste caso, a posposição do nome ao verbo poderia ainda ser vista como uma das possíveis causas da quebra de concordância.

O uso coloquial tende a fugir a essa estrutura assim gramaticalizada, substituindo *haver* por *ter*. E as formas *tem/têm* são praticamente indiferenciáveis, do ponto de vista acústico.

Considerados o sentido que a forma verbal *tem* e a intuição lingüística do falante ao tender a concordar o verbo com o termo que se lhe segue, pode-se concluir que esse termo tem *status* de sujeito gramatical, pois está na condição de de-

---

<sup>36</sup> É curioso notar que num dos poucos casos de quase unanimidade de análise - tornou-se praticamente inquestionável que se trata de um verbo sem sujeito e o seu termo subsequente um objeto direto - aconteça a concordância do verbo com o dito objeto direto. Seria o fato de representar um uso restrito à língua escolarizada, inacessível, portanto, ao não iniciado, a causa do erro? Ou a causa do erro está em que essa explicação pela linguagem escolarizada deve permanecer restrita a essa linguagem? Em outros termos, o falante comete o erro porque, de fato, o termo é objeto direto e ele faz a concordância pelo que os gramáticos classificam como hiper-correção, ou essa intuição que o leva à concordância está baseada numa verdade que a linguagem escolarizada transfigura?

terminado. Entender esse termo como objeto direto é, pois, cometer um erro de visão histórica, uma vez que o verbo *haver* na atual acepção de existir não pode ser visto como transitivo; é pseudo-sincronia porque analisa-se *haver* ainda na forma de estruturação gramatical latina - *petrus habet fundum* - como se em latim *habere* sempre tivesse podido vir destituído de sujeito. Isto só pode ser fruto de uso inadequado da diacronia.

Os fatos demonstram que a verdadeira natureza do verbo *haver* nos é ainda um tanto obscura. Como entender que possa ser transitivo e, ao mesmo tempo, auxiliar? Seriam as duas formas, empregadas em construções distintas, o mesmo verbo? Se forem, o que existe em sua natureza que permite essa ambivalência? Se, por outro lado, representam esses dois usos dois conceitos distintos, onde está o que permite servirem-se eles de uma única forma?

É oportuno lembrar que em latim o conceito de posse se expressava também pela construção *esse + possuidor em dativo* - o dativo de posse -: "*Sunt nobis mitia poma*" (Virg., *Bucol.*, 1.80)<sup>37</sup>, "*Huic filia una est*" (Plauto, *Aul.*, 23) "*Certe huic homini spes nulla salutis esset*" (Cic. *Verr.* 3, 168)<sup>38</sup>.

Segundo Benveniste,

"observa-se frequentemente que a evolução se

<sup>37</sup> Apud FIGUEIREDO, 1966, p. 201.

<sup>38</sup> Apud FARIA, 1958, p. 352.

faz de 'mihi est' a 'habeo', o que significa que onde 'habeo' existe, pode provir de um 'mihi est' anterior. Se há uma expressão normal dessa relação, é mihi est aliquid, enquanto que habeo aliquid é apenas uma variante secundária e de extensão limitada, por mais importante que seja, em si mesma, a aquisição de ter como verbo autônomo"<sup>39</sup>.

Esses dados nos levam a pensar que a construção portuguesa do haver, no sentido de existir, seja a perpetuação do primitivo sentido da expressão "mihi est". Há elementos que parecem reforçar essa hipótese: 1) ela é, no português, uma construção de emprego da língua escolarizada, erudita, portanto ; 2) no latim, o tratamento dado à coisa possuída é o seguinte : a) fica no caso nominativo, regendo o verbo esse; b) o nominativo fica, de preferência, posposto ao nome ou ao pronome em dativo, quando não está posposto ao sintagma formado pelo verbo mais o nome ou o pronome.

No confronto desses dados veremos que há grandes coincidências: a posposição do substantivo ao verbo, a inconsistência da análise proposta para esse termo em português - objeto direto (?) -, e, finalmente, o significado do verbo: existir.

Como já se comentou, verifica-se uma acentuada tendência a substituir-se haver por ter. Desse modo, as observações feitas quanto a um aplicam-se ao outro, que o substitui

<sup>39</sup> BENVENISTE, 1976, p. 214.

nos seus empregos.

Nesse sentido, ganha nova amplitude o verbo *ter*. Ele já não mais pode ser visto como trazendo em si o significado de posse. E, mais importante do que classificá-lo como "impessoal e transitivo", é explicar porque deixou de ter sujeito, a continuar o raciocínio da gramática tradicional; ou a encarar essa análise sob o ponto de vista de modernas teorias lingüísticas, como expõem PONTES (1984, passim) e TONDO (1978, passim).

Em tudo isso é preciso notar que o verbo *ter* costuma apresentar feições muito particulares: qual o seu valor sintático em construções do tipo "tenho fome", "tenho sede", necessidade, razão, conhecimento, desejo, etc.? Certamente ele não tem aí a mesma natureza semântica de um verbo transitivo direto.

Mas não parece bem que *haver* e *ter*, nas construções existenciais, devam continuar a ser tratados como formas sem sujeito. É preciso enxergar que o conceito de existência passou a poder ser expresso também de outra maneira, apesar de se utilizar de uma forma que, em outras circunstâncias, expressava conceitos diferentes. Para que seja convincente, é absolutamente necessário que a análise da forma seja compatível com o significado que ela comporta. Se é condenável o recurso de substituir o significado para se analisar uma forma, é igualmente anti-científico manter para uma forma a análise do que ela já significou, ou significa em outras circunstâncias.

## 2. A Expressão dos Fenômenos Meteorológicos

"Reencontramos aqui a questão dos impessoais, velho problema e debate estéril enquanto se persiste em confundir 'pessoa' e 'sujeito'. Em *Ūei* (sic), *tonat*, *it rains* (= chove, troveja, chove) é exatamente como não-pessoal que se relata o processo, enquanto puro fenômeno, cuja aplicação não se reporta a um agente..."<sup>40</sup>.

Quer-se dizer com estas palavras que, uma vez demonstrada a impossibilidade de existência da terceira pessoa, é de todo insustentável atribuir o conceito atual de impessoalidade a qualquer verbo que seja. Neste sentido, não se deve opor a seqüência das formas ditas pessoais eu-tu-ele de um verbo a uma forma verbal a que não se possa atribuir nenhum desses pronomes e dar-lhe o nome de impessoal. Não se deve entender impessoalidade como contingencial ausência de *ele*, mas entender a terceira forma sempre como não-pessoal. A terceira forma do verbo é não-pessoal no sentido de que qualquer elemento que a reja não é uma pessoa, mas simples sujeito gramatical. É também não-pessoal quando aparece sem sujeito gramatical algum.

Segundo Roca Pons,

"... en los tiempos prehistoricos de la lengua

---

<sup>40</sup> BENVENISTE, 1976, p. 251.

latina los verbos meteorol\u00f3gicos tendr\u00edan un sujeto expreso de acuerdo con la concepci\u00f3n animista, primitiva. Asi, era J\u00fabiter el que hac\u00eda llover, tronar. Despu\u00e9s qued\u00f3 solamente la expresi\u00f3n del acontecimiento o fen\u00f3meno"<sup>41</sup>.

N\u00e3o parece ser este o melhor processo de explica\u00e7\u00e3o do fato ling\u00fc\u00edstico, pois, se o que restou foi somente a express\u00e3o do acontecimento ou fen\u00f3meno, a forma verbal dessa express\u00e3o n\u00e3o tem o mesmo comportamento sint\u00e1tico e sem\u00e2ntico em uma e outra constru\u00e7\u00e3o: a palavra *chove* em *chove torrencialmente* seria a mesma que est\u00e1 em *J\u00fabiter chove*? Obviamente que na primeira das duas express\u00f5es n\u00e3o cabe qualquer sujeito gramatical, sem o risco de mudan\u00e7a de sentido, e, na segunda, o sentido do verbo em sendo *faz chover* n\u00e3o \u00e9 conceb\u00edvel sem sujeito gramatical. Assim, n\u00e3o \u00e9 convincente que uma tenha sido resultado de evolu\u00e7\u00e3o da outra.

Outra explica\u00e7\u00e3o, dada por Vicente Fatone, \u00e9 a de que

"Las proposiciones impersonales que se refieren por ejemplo, a fen\u00f3menos meteorol\u00f3gicos, constan, en castellano, de un solo t\u00e9rmino: 'Llueve', 'nieva', 'truenan', etc. Los juicios que expresamos con esas proposiciones constan, sin

---

<sup>41</sup> Apud HAUY, 1983, p. 199.

embargo, de sujeto, cōpula y predicado, a pesar de que la proposiciōn consta de un solo tērmino. El sujeto es, en esos casos, una determinada zona de la realidad, de la que se afirma que posee tales y cuales características. En otros idiomas, esas proposiciones non son impersonales; Tienen sujeto gramatical. Por ejemplo: em inglēs, 'It is 'raining''<sup>42</sup>.

como se pode observar, não é este um argumento váli- do para a gramática, pois a lógica em gramática deve ser enten- dida não como as conseqüências da interpretação de uma estrutu ra lingüística, na sua relação com o mundo exterior (ou com a forma de enxergar o mundo). A lógica em gramática deve ser o princípio em que se baseia a estruturação da forma como veícu- lo do sentido no plano exclusivamente lingüístico. Não se de- vem confundir os processos lógicos com a forma pela qual se dá a expressão lingüística dos processos lógicos.

Essa confusão de planos está evidente nas prōprias palavras do filósofo: a frase inglesa "it is raining" não é im- pessoal porque traz um pronome na função de sujeito gramatical; a espanhola "Llueve" tem como sujeito "una determinada zona de la realidad". Mas a frase inglesa também se refere a uma deter- minada zona da realidade: por que, então, esse lugar não fun- ciona aí também como sujeito?

---

<sup>42</sup> Apud HAUY, 1983, p. 191.

Os problemas de gramática, em especial o das formas verbais sem sujeito, serão insolúveis, enquanto os gramáticos e filósofos da linguagem não estabelecerem limites mais precisos entre a realidade dos fatos e a realidade da forma de expressão lingüística desses fatos.

Assim, ao classificarem-se as formas verbais *chove*, *troveja*, etc., como predicados, em qual das realidades estaria baseada essa classificação? Obviamente ao se concordar com a afirmação de que "*Pensamos por predicados*"<sup>43</sup>, no sentido de que *nós pre-dicamos a realidade objetiva*, nada haveria que tornasse falsa a análise. Mas essa predicação se dá no plano do relacionamento entre o homem, na sua capacidade de predicar, e o mundo objetivo, com os seus fatos pre-dicáveis. Ou seja, dizer que *chove* é predicado é analisar um julgamento que está sendo emitido diante de um fato em acontecimento; dizer que *chove* é predicado é combinar uma atitude lingüística com um fato exterior ao processo lingüístico. A expressão *chove*, de fato, é predicado (= descrição) de um fenômeno, no sentido filosófico de descrever o mundo, mas entender de outro modo é entrecruzar os planos da realidade objetiva e o plano da expressão lingüística. E no plano exclusivamente lingüístico, como pretendem as gramáticas, *chove* não poderia ser predicado gramatical, pois não há sujeito gramaticalmente expresso, ou contextualmente omissivo, que lhe possa ser predicável. Na verdade,

---

<sup>43</sup> Apud CÂMARA JR., 1973, p. 180.

os conceitos de predicado que se encontram nas gramáticas tradicionais não se podem aplicar aos verbos sem sujeito que descrevem fenômenos.

Como explicar uma estrutura gramatical a que falta o sujeito? Ao ser conceituado o verbo como ação, tende-se a atribuir ao termo gramatical as mesmas propriedades da ação vista na realidade extra-lingüística. E, na realidade objetiva, uma ação parte de um agente. Talvez caiba aqui a tentativa de explicá-los por obliteração, nos verbos denotadores de fenômenos, do sujeito-agente, um deus: Júpiter chove. Mas o que preside a essa explicação é o conceito da lógica tradicional implicado no processo agente-ação.

Vê-se aqui também que o conceito de ação em gramática deve ser outro. Poder-se-ia dizer que *chover* ou *nevar* é ação, da mesma forma que *passar*? Maior do que o problema de estrutura formal (falta-lhes o sujeito), essas frases apresentam um problema semântico. A causa de sua estrutura formal é devida à natureza do que significam. A expressão *chove*, por exemplo, descreve um fenômeno, um acontecimento, descreve, assim, uma situação em que algo acontece. Não é, pois, uma ação pela ação, sem agente.

De outra forma, realiza-se gramaticalmente um verbo do tipo *passar*. Tais verbos exigem obrigatoriamente a presença de termos que lhes sirvam de sujeito gramatical, pois significam, representam, verdadeiras ações. E o relacionamento entre sujeito e verbo resulta na descrição de um fenômeno, o que

vale dizer que, do ponto de vista objetivo, *José passeia* equivale a um fenômeno, isto é, a um acontecimento tanto quanto *chove*.

Vemos como simplificação chamar a essas formas verbais apenas de predicados ou de *orações unimembres*. Sem dúvida são orações completas do ponto de vista semântico. E não são orações incompletas do ponto de vista da estruturação gramatical. Embora apresentem características de verbo: tempo, modo e possam trazer a marca da invariante não-pessoal, não significam ações no sentido estrito da palavra.

O mais acertado parece ser defini-las como orações simples, sem outros adjetivos, pois abrangem, ao descreverem um fenômeno, todo o processo agente-ação, que no fenômeno é condição essencial. Além do mais, têm a seu favor o comportamento gramatical, pois ao atribuir-se-lhes um sujeito com traços de agente tornam-se verbos como outros quaisquer, do tipo *andar*, *passar*: reduzem-se a ação em sentido estrito e deixam de descrever sozinhas um fenômeno.

As orações assim constituídas não se restringem às que a língua habitualmente conhece. Criar outras nesse modelo de estrutura é ainda possível, veja-se a frase de Guimarães Rosa, quando Riobaldo descreve o vazio de gente numa região em que se encontra: "*E mais maninhava*"<sup>44</sup>. E a expressão ganha força, quando se descreve a região estéril de pessoas por uma es-

---

<sup>44</sup> ROSA, 1976, p. 289.

estrutura gramatical impossibilitada de existir na forma habitual de sujeito-verbo. Mostra-a, no entanto, por uma forma verbal que sozinha significa o fenômeno.

Os fenômenos meteorológicos podem ser expressos também de forma "analítica", por meio de um verbo que se junta a nome que indique o fenômeno: "Faz frio", "está quente".

Por uma questão de coerência, achamos que também o verbo *ser* pode ser visto como formador de perífrase com o nome que se lhe segue: "é primavera", "é dia", "é tarde". Obviamente, é preciso entender que o contexto é o elemento primordial no estabelecimento dessas perífrases. Assim, em muitos casos o verbo *ser* pode significar *existir*, e o termo subsequente ser o sujeito: *era dia de festa*.

Contrariamos em ambos os casos a análise dada pela gramática tradicional: como entender que possa haver "predicativo de um sujeito que não existe?"<sup>45</sup>.

Repetem-se com essas expressões as mesmas tentativas de se lhes atribuir sujeito:

"También expresiones como hace calor tendrían originariamente un sujeto, que podría ser el tiempo, etc., que desapareció por innecesario. En algunas lenguas el verbo impersonal va acompañado de una forma pronominal neutra, a modo de sujeto: en francés il il fait chaud, 'ha-

---

<sup>45</sup> HAUÝ, 1983, p. 209.

ce calor'), en inglês it (it is cold), en alemã es (es ist warm, 'hace calor')."46

A artificialidade de tais propostas se revela sobretudo no fato de a existência desse tipo de sujeito só ser exigida no caso de uma análise pretensamente gramatical. E reforça-se esse caráter de artificialidade na medida em que o verbo *fazer*, por exemplo, deveria ter o sentido de produzir em o tempo (?) *faz calor*; da mesma forma, seriam predicativos do sujeito os termos utilizados com os chamados verbos de ligação : (?) *é primavera*, (?) *está quente*.

Os dois elementos - verbo e nome - não podem ser vistos como dissociáveis, formam uma unidade indissolúvel. Se se diz *faz calor* é porque ainda não está criada uma forma verbal estruturalmente equivalente, como em *chove*, por exemplo. Exatamente como se diz *faz frio*, diz-se *esfriou*; ao lado de *está quente* tem-se *esquentou*; *é manhã*, *amanheceu*; *é noite*, *anoitece*.

Mas algum cuidado precisa ser tomado em frases como: *aquí é frio*. É uma frase em princípio ambígua, podendo ser en-

---

46 Apud HAUY, 1983, p. 198.

É curioso notar que o sujeito proposto para esse tipo de frase varia conforme a necessidade do autor. Assim, por que não podia ser o sujeito gramatical dessas frases *um deus*, ou ainda *o lugar onde*? Será que o sujeito de *chove* pôde ter *si* do Júpiter, por exemplo, porque foi documentado em latim e o de *faz calor* não o pôde, pois não se encontram registros?

tendida como *este lugar é frio* ou *neste lugar faz frio*. No primeiro caso, de acordo com o modelo vigente de análise, o verbo é de ligação, mas no segundo, ele deixa de ser de ligação e passa a formar com o termo a ele associado uma locução verbal. Essa ambigüidade reside no advérbio, que se torna transitivado. Casos semelhantes mostram as construções do tipo: *esta tarde vai ser terrível*, *este ano esfriou muito*, em que a ausência da preposição pode levar a ser entendido como sujeito o que em princípio foi proposto como adjunto adverbial.

Casos como estes demonstram que a análise não pode ser tão fragmentária, como pretendem as gramáticas; um tipo de análise que desconhece que a palavra pode adquirir novos sentidos em cada frase; que pretende ver na palavra em sua relação com os demais elementos da frase o mesmo sentido que ela tem no dicionário<sup>47</sup>; uma análise cega para enxergar que numa frase palavras podem associar-se formando um todo indivisível, como nos exemplos apresentados.

## 2.1 - O verbo *haver* na indicação de tempo

Como já fizemos notar, o verbo *haver* no sentido de existir é usado preferencialmente na língua escolarizada, o

---

<sup>47</sup> "Como han hecho notar algunos autores modernos, el error de la gramática tradicional ha consistido en partir de la abstracción palabra, en vez de considerar la realidad". (TOVAR, 1946, p. 3).

mesmo acontecendo com o seu emprego na indicação do tempo. Igu<sup>48</sup>almente nesses casos o verbo *ter* é que prevalece em linguagem coloquial: *hã muitos dias ele saiu / tem muitos dias que ele saiu.*

O uso de *haver* para indicar tempo parece guardar os mesmos princípios vistos em construções do tipo *hã gente na sala. Três dias em hã três dias* tem em relação ao verbo aquelas mesmas características de sujeito, uma vez que o seu sentido continua sendo o de *existir*. Se são semelhantes na forma de estrturação, no entanto diferenças existem nas circunstâncias em que são empregados. O *haver* na indicação de tempo é quase que exclusivamente empregado em correlação com outros verbos. É raro o seu uso como frase isolada.

Assim o verbo *haver* é encontrável em frases como *hã três dias ele saiu, hã três dias que ele saiu, ele saiu hã três dias, as quais semanticamente são equivalentes.*

A peculiaridade de sua construção está visível na diversidade de análises apresentadas pelas gramáticas. Em levantamento feito por HAUY (1983, p. 202-3) estão registradas essas divergências na análise de uma frase como *hã dois dias que isso aconteceu:*

---

<sup>48</sup> Ainda que nos faltem dados estatísticos, somos levados a acreditar que a língua coloquial emprega preferencialmente o verbo *ter*. E esse emprego de *ter* é sempre concomitante com a partícula *que*: "tem três dias que ele chegou"; "tem mais de uma hora que a festa acabou". Estabelece-se, então, um processo gramatical na forma *ter... que*.

### 1ª Classificação

Segundo Rocha Lima, Bechara e Sílvio Elia, a inversão das orações e a inclusão do *que* em nada altera a análise :

Há dois dias = oração sub. adv. temporal justaposta

*que* - morfologia = palavra denotativa de realce

sintaxe = expletivo

isso aconteceu = oração principal.

### 2ª Classificação

Leite de Vasconcelos, Epiphânio da Silva Dias, Said Ali e Mattoso Câmara Júnior entendem, bem ao contrário, a classificação dessas orações:

Há dois dias = oração principal

*que* - M = conjunção subordinativa temporal (= quando)

S = conetivo

*que* isso aconteceu = oração subordinada adverbial temporal.

### 3ª Classificação

Maximino Maciel, Martins de Aguiar, Mário Barreto, Cândido Jucá (Filho) e Gama Kury tornam o verbo *haver*, nesse caso, unipessoal, atribuindo-lhe como sujeito a oração seguinte:

Há dois dias = oração principal

*que* - M = conjunção subordinativa integrante

S = conetivo

que isso aconteceu = oração subordinada substantiva subjetiva".

O estudo dessas análises mostra que nenhuma referência foi feita à natureza do termo *que*. Qual teria sido a razão do seu emprego em tais construções?

Parece ser lícito admitir que na formação desse tipo de frase estejam, de fato, presentes duas orações em parataxe: *hã dois dias - isso aconteceu*. Até aqui é aceitável a análise de que *hã dois dias* seja uma oração subordinada adverbial temporal justaposta: no entanto, o emprego da partícula *que* parece ter sido feito para se fugir a esse tipo de construção paratática. E é justamente a sua presença o que traz dificuldade à análise de acordo com a N.G.B.

Para ajustarem-se à Nomenclatura, os gramáticos se vêem na obrigação de dissecar a frase e dar a cada elemento uma análise, ainda que essa análise em nada corresponda ao conteúdo que essa frase expresse. É, pois, dentro daquele espírito de fragmentação que o membro de frase - ... *que isso aconteceu* - foi por uns analisado como oração subordinada adverbial temporal, e por outros como substantiva subjetiva; o elemento *que* foi classificado como integrante numa análise, enquanto em outra, tendo-lhe sido atribuído o valor semântico de *quando*, foi classificado como conjunção subordinativa temporal, sem falar na sua classificação como expletivo.

Celso Pedro Luft, embora não negue que "também é fã-

cil comprovar a natureza verbal de hã e faz, pois ocorrem em outras formas temporais: 'havia duas horas', 'fazia um ano'"<sup>49</sup>, chega a afirmar que hã e faz perdem aí (nos exemplos saiu [hã duas horas] e partiu [faz muito tempo] ), de algum modo, seu valor e sentido verbal.

Partículas estereotipadas, exercem função meramente gramatical, relacional, como de preposições. 'Preposições' escrevi, pois comparem-se estas construções: a dois metros de... / hã dois meses que... daqui a um ano (futuro) / daqui hã um ano (passado; usado por autores clássicos). Tais verbos feitos partículas, ligam adjuntos adverbiais, como qualquer preposição. (Cp. ainda: faz um mês / antes de um mês / após um mês / um mês atrás; etc.)"<sup>50</sup>.

Outro registro parece reforçar a posição deste autor

"Constitui pleonasma o emprego de 'atrás' junto com o verbo haver, visto que este verbo, já indica tempo passado:

Hã três dias  
e não  
Hã três dias atrás  
Hã três dias passados"<sup>51</sup>.

<sup>49</sup> LUFT, 1978, p. 146.

<sup>50</sup> LUFT, 1978, p. 146.

<sup>51</sup> HAUY, 1983, p. 200.

Neste caso, a estruturação pleonástica não seria verdadeiramente a tomada de consciência de que o valor verbal de *haver* estaria já insuficiente para expressar a preteridade? A forma *hã* não estaria sendo entendida, de fato, como uma verdadeira preposição?

Mas os dados apresentados não são suficientes para nos convencer de que o verbo *fazer* participe dessa natureza preposicional atribuída a *haver*. Aceitamos que a forma *hã* possa ser confundida com a preposição *a*, pois acusticamente são indiferenciáveis. Além disso, o lugar no espaço guarda estreitas relações com o lugar no tempo, basta ver os exemplos do autor: "a dois metros de... / hã dois meses que".

Mas uma questão se levanta: aquele que escreve *a* por *hã* estaria cometendo um erro de ortografia, ou de estrutura? Em outros termos, a frase *hã muitos dias* equivale, ou não, a *a muitos dias*? Se não são equivalentes, onde estaria a diferença?

Preferimos acreditar que o problema seja de forma, a penas, não de conteúdo. Se fosse de conteúdo, por que o falante, em língua coloquial usaria a expressão *ter...que* e não uma preposição?

Pensando assim, a hipótese de *fazer* como preposição é ainda mais remota.

Diante desses fatos, julgamos preferível entender essas estruturas de *haver* como meros adjuntos adverbiais. Obviamente não se pode negar que a natureza da constituição desse

adjunto adverbial (haver + termo que indique tempo) seja a de oração, mas a frequência do uso faz dessa perífrase uma expressão já fossilizada. Há ainda que observar que são expressões de uso restrito à linguagem escolarizada, o que as particulariza ainda mais.

## CONCLUSÃO

A tentativa de reexame em profundidade de um ponto qualquer da gramática atual resultará sempre na ingente tarefa de reelaborar todos os princípios sobre os quais ela se fundamenta. Diante disso, resta ou limitar-se ao ajuste de questões superficiais, ou então tender para uma nova teoria, que, em princípio, intencionalmente desconsidere grande parte das antigas formas de elaboração do raciocínio gramatical.

Ao conceber este trabalho, não tivemos outra preocupação a não ser a de examinar os dados de que dispúnhamos, com a intenção específica de nos certificar do que nos parece ser uma verdade: os atuais problemas de gramática não se resolvem por emendas ou por remendos.

A nossa proposição fundamental foi a de que *pessoa* é um fato de linguagem, não um fenômeno de língua. Pareceu-nos, no entanto, não ser este o entendimento dos gramáticos, pela maneira com que desenvolvem conceitos como o de *impessoalidade*, *verbo* e *sujeito*, por exemplo. O terem proposto uma terceira *pessoa* gramatical como participante da mesma natureza que a da primeira e a da segunda é o dado mais revelador de que o termo *pessoa* não está nem implícita nem explicitamente tratado como fato de linguagem.

Foi também visto que *pessoa* não está no verbo, mas é uma decorrência da natureza da relação que se estabelece en-

tre o *eu* falante e o *eu* sujeito gramatical falado; entre o *tu* ouvinte e o *tu* sujeito gramatical ouvido. Como implicação desse conceito fica insustentável a tese da *impessoalidade*, nos termos em que a gramática propõe; torna-se de todo impossível a existência de uma terceira pessoa; e, ainda mais, fica também claro que não é a falta de sujeito o que caracteriza a *impessoalidade*, mas simplesmente a ausência do que determina a existência de um *eu* e de um *tu* em linguagem.

Mas o objetivo último deste trabalho não é estabelecer um novo conjunto de conceitos nem propor outras análises para os fatos gramaticais. Não houve esta presença. O que orientou todas as discussões foi o desejo de reforçar a idéia de que os estudos de gramática precisam ser reavivados. Por essa razão, desde o início dizíamos que apenas seria feito um exercício de raciocínio. Assim, consideramos mais importante o ter discutido algumas idéias, não propriamente o que de aproveitável possam apresentar, nem as conclusões a que chegamos através das discussões.

Importa, enfim, considerar que as mudanças reclamadas pela gramática não podem ser tais que, resultados de artifícios de linguagem, só se expliquem por uma linguagem artificial.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALI, Said M. Gramática secundária da língua portuguesa. 7<sup>a</sup> ed. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1966.
- ALI, Said M. Gramática histórica da língua portuguesa. 7<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1971.
- ALI, Said M. Dificuldades da língua portuguesa. 5<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1957.
- BECHARA, Evanildo. Lições de português pela análise sintática. 12<sup>a</sup> ed. revista, Rio de Janeiro, Padrão Livr. e Edit., 1983.
- BENVENISTE, Émile. Problemas de lingüística geral. São Paulo, EDUSP, 1976.
- CÂMARA Jr., J. Mattoso. Dicionário de filologia e gramática. 2<sup>a</sup> ed. Rio/São Paulo, J. Ozon + Editor, 1964.
- CÂMARA Jr., J. Mattoso. História e Estrutura da língua portuguesa. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, Padrão Livr. e Edit. Ltda., 1976.
- CÂMARA Jr., J. Mattoso. Estrutura da língua portuguesa. 10<sup>a</sup> ed. Petrópolis, Vozes, 1980.

- CÂMARA Jr., J. Mattoso. Princípios de lingüística geral. 4<sup>a</sup> ed.  
Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1973.
- CUNHA, Celso Ferreira da. Gramática da língua portuguesa. 9<sup>a</sup> ed.  
Rio de Janeiro, FAE - MEC, 1983.
- DIAS, Epiphânio da Silva. Syntaxe historica portuguesa. 5<sup>a</sup> ed.  
Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1970.
- FARIA, Ernesto. Gramática superior da língua latina. Rio de Ja  
neiro, Livraria Acadêmica, 1958.
- FIGUEIREDO, J. Nunes & ALMENDRA, Maria Ana. Compêndio de gramá-  
tica latina. 5<sup>a</sup> ed. Porto, Porto Editora Ltda., 1966.
- HAUY, Amini Boainain. Da necessidade de uma gramática padrão da  
língua portuguesa. São Paulo, Editora Ática, 1983.
- IGNÁCIO, Sebastião Expedito. Análise sintática (uma nova visão).  
Franca, Editora Iguatemi Ltda., 1976.
- IVO, Oscarino da Silva. Estudo progressivo da morfo-sintaxe la-  
tina. Ed. do autor, Belo Horizonte, Imprensa Universitária da  
UFMG, 1974.

- KURY, Adriano da Gama. Novas lições de análise sintática. São Paulo, Editora Ática, 1985.
- LUFT, Celso Pedro. Gramática resumida. 8<sup>a</sup> ed. Porto Alegre, Editora Globo, 1978.
- MELO, Gladstone Chaves de. Gramática fundamental da língua portuguesa. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1970.
- PONTES, Eunice Lima. Sobre o conceito de sujeito. Tese para concurso de Professor Titular. UFMG/Belo Horizonte, 1984.
- ROSA, João Guimarães. Grande sertão: veredas. 10<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1976.
- SACCONI, Luiz Antônio. Nossa gramática. 5<sup>a</sup> ed. São Paulo, Atual Editora, 1983.
- TONDO, Nádía Vellino. Sintaxe e semântica da concordância verbal. Porto Alegre, Livraria Sulina Editora, 1978.
- TOVAR, Antônio. Gramática histórica latina - Sintaxis. Madrid, S. Aguirre, impressor, 1946.
- VIRGILE Énéide. Texte établi et traduit par E. de Saint-Denis. Quatrième édition. Paris, Société d'Édition "Les Belles Lettres", 1960.